

Filippo Monteforte/France Presse



O Parlamento grego visto através de uma faixa durante protesto em Atenas; país, que se encontra em profunda crise, aprovou pacote de austeridade para garantir auxílio financeiro

# Terrorismo vence indignação na Grécia

População está convencida de que classe política atual não é capaz de retirar o país da atual crise econômica

**87% dos gregos creem que o país tomou o rumo errado; para 77%, pacote de austeridade não será implementado**

CLÓVIS ROSSI  
ENVIADO ESPECIAL A ATENAS

As letras vermelhas sobre o fundo amarelo da faixa estendida pelos "indignados" diante do Parlamento grego gritam, em espanhol mesmo: "No pasaran".

A frase pertence a Dolores Ibarruri, "La Pasionaria", célebre revolucionária comunista, e foi usada durante a Guerra Civil de 1936/39, como espécie de escudo retórico contra o avanço das tropas do general Francisco Franco.

Apesar do grito, as tropas passaram, assim como, apesar da faixa, passou no Parlamento grego um duríssimo pacote de ajustes, que a faixa tentava brejar. O grito, na verdade, é representativo do sentimento de 87% dos gregos que disseram, em recente

pesquisa para o jornal "Kathimerini" (O Diário), que o país adotou o rumo errado.

Os aganaktismeni, indignados em grego, são, portanto, apenas a fração mobilizada da maioria. Mas o Parlamento preferiu ouvir outro grito, a apocalíptica previsão do vice-primeiro-ministro Theodoros Pangalos.

"Se não vier o dinheiro [da União Europeia/FMI, condicionado à aprovação do pacote], enfrentaremos um terrível cenário, a volta da dracma [a antiga moeda grega], com os bancos sitiados por multidões aterrorizadas querendo retirar suas poupanças, veremos tanques protegendo bancos porque não haverá policiais suficientes para fazê-lo", disse.

A vitória do terrorismo retórico sobre a indignação é, no entanto, precária. Aprovação do pacote, o governo já não pode acenar com o caos, exatamente o contrário do que fazem os críticos do pacote.

Nick Malkoutzis, colunista do "Kathimerini", escreve, por exemplo, que "os depu-

tados tocaram o sino de finados pra a classe média, que gozou de prosperidade sem paralelo desde os anos 80".

Essencialmente essa classe média - cujo poder de compra caiu para os níveis de 2002 - que manteve acesa a chama da indignação: na noite de sexta-feira, primeiro dia de vigência do novo pacote, seus representantes exibiam de novo para o Parlamento a "moutza", a mão espalmada, ancestral gesto de ofensa, o maior que gregos conhecem.

O gesto é assim traduzido politicamente por Vassiliki Georgiadou, professora de Ciência Política da Universidade de Panteion: "Essas pessoas estão profundamente desiludidas com os políticos, com os partidos políticos e com as instituições em geral".

Aliás, não é de agora, segundo Georgiadou: nos anos 90, pesquisa mostrou que 9 de 10 gregos estavam desapontados com a democracia.

Como a democracia grega continua funcionando da mesma maneira, era inevitável que os jovens gregos im-

portassem da Espanha o slogan-chave de seu protesto: querem "democracia real".

Explica o escritor e poeta Petros Markaris: "Os gregos estão convencidos de que a classe política atual é incapaz de tomar medidas eficazes para tirar o país de sua trágica condição".

Cria-se um círculo de ferro: para o governo, evitado o suposto apocalipse, fica a desconfiança sobre a efetiva implementação do pacote. É eloquente que 77% dos ouvidos pela revista "The Economist" digam que a implementação não acontecerá.

Para a rua, fica a avaliação

de Kostas Pliakos, chefe de redação do jornal "Eleutheros Typos" (Imprensa Livre): "Os indignados necessitam já uma base política ou terão que dissolver-se em que quise de seus protestos".

Não pode ser casual que drama e tragédia sejam palavras gregas.

## Indignados recriam Ágora perto da original

DO ENVIADO A ATENAS

O movimento dos indignados acampa desde maio na praça Syntagma (Constituição), não longe da antiga Ágora, o espaço público por excelência da Grécia antiga.

É basicamente de uma nova Ágora que se trata: um ponto de encontro mais bem-humorado do que realmente indignado, mais para um Woodstock século 21 do que para maio de 1968 ou as mobilizações que derrubaram o comunismo nos anos 80/90.

Na noite de sexta, como quase todas as noites, o acampamento se enche de gente, que acaba vazando para a avenida que separa a praça do prédio do Parlamento, permanentemente policiado.

Os líderes, jovens como o público, trepam na grade que protege o prédio e cantam cânticos calçados nos gritos dos torcedores de Panathinaikos e Olympiakos - os dois grandes do futebol grego.

Vendedores ambulantes

conha, bem mais leve. Mais que indignados, são entusiasmados com o próprio gesto. "É a história sendo feita por nós", festeja Elina Markoulinos, estudante.

Ela e seus companheiros

prometem continuar na praça até realizar a profecia contida em toco cartaz: "Quando o poder do amor superar o amor pelo poder, então conheceremos a benção da paz". (CLÓVIS ROSSI)

### PRÓXIMOS PASSOS NA CRISE GREGA

**03.jul**  
Reunião extraordinária da zona do euro para liberar € 12 bilhões do primeiro plano de socorro



**08.jul**  
O FMI aprova sua participação (€ 3,3 bi) nos € 12 bilhões.

**NÚMEROS DA CRISE GREGA**

10,5%  
do PIB é o déficit público\*

143%  
do PIB é a dívida pública\*

16%  
é o desemprego\*\*

**O PROGRAMA DE AUSTERIDADE**

INFORME PUBLICITÁRIO  
Opinião do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo

**Janela**

**SindusCon SP**  
o Sindicato da Construção

ano 18 N° 898 São Paulo, 3 de julho de 2011

## Porta escancarada

Contrariando a promessa de que as licitações das obras para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 requerem agilidade e segurança jurídica, a maioria governista aprovou na Câmara dos Deputados um Regime de Contratação Especial (RDC) que não só afasta o país desses objetivos como pode resultar em grande prejuízo para o Estado.



Não se sustenta o argumento do governo, de que seria necessário manter o orçamento das obras em sigilo para evitar que as empresas de obras públicas se cartelizem e manipulem as concorrências.

Isto porque, pelo texto aprovado, até a apresentação das propostas, o orçamento é do conhecimento exclusivo do governo. Os tribunais de contas e outros órgãos de controle teriam acesso permanente aos dados após as empresas terem feito seus lances.

Tal situação contraria o preceito constitucional da publicidade que deve reger as concorrências. Escancarar a porta aos membros da Administração Pública para repassar a informação a alguma empresa que deseje privilegiar, em detrimento das demais. Isso destrutura a ampla concorrência indispensável às licitações públicas, abrindo um abismo entre os "amigos do rei" e as demais empresas do mercado. E alimenta trocas de favores,

**Cartel se combate com transparência e não com "sigilo" que só prejudica o interesse público**

interesses econômicos e eleitorais, em detrimento do interesse público.

A possibilidade de que isso ocorra é aumentada por outro dispositivo do RDC. Ele permite à Administração exigir das empresas em 30 dias uma proposta de contratação integral, que inclui desde a elaboração do projeto básico da obra até o plano de sua execução.

Ora, projetos bem elaborados, com estudos e ensaios técnicos, escolha adequada de técnicas

construtivas e materiais que conjuguem qualidade com preços justos e realistas tardam muito mais do que 30 dias para serem feitos. Para as Olimpíadas de Londres, as empresas puderam elaborar suas propostas com base em projetos detalhados, preparados pelo governo durante dois anos.

Como isto não aconteceu aqui, somente aqueles que receberem a informação privilegiada da licitação com meses de antecedência serão capazes de elaborar tais propostas.

A conjugação do sigilo dos orçamentos com o prazo exigido para atender à contratação integral permitirá a confecção de projetos mal elaborados com preços irrealistas, que posteriormente resultarão em obras que exigirão reajustes de até 50% do preço para serem concluídas. Outro dispositivo do RDC permite que as empresas baixem sucessivamente seus lances, o que aumenta a possibilidade de escolha de propostas inexecutáveis. Melhor seria ater-se à Lei de Licitações, que obriga a divulgação dos orçamentos e estabelece um limite para que se contratem obras exequíveis.

Para combater cartéis, o governo já dispõe de instrumentos legais. Nos próximos dias, espera-se que o Senado limpe o RDC de suas flagrantes impropriedades.

FOTOGRAFIA: GREGO/AGF/REUTERS